



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA GERAL

Requerente: Pregoeiro do Município de Presidente Kennedy/ES.

Processo nº: 34954/2023

Assunto: **Pregão Eletrônico nº 103/2023.** Processo de Licitação objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de vigilância patrimonial para eventos.

PARECER PRÉVIO

Consulta-nos o Pregoeiro do Município de Presidente Kennedy/ES acerca da regularidade da Minuta de Edital que tem por objetivo a realização de Processo de Licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, tipo "**Menor Preço por Item**", destinado à contratação de empresa especializada na prestação de serviço de vigilância patrimonial para eventos.

Dispensamos o relatório detalhado de todos os documentos que estão juntados aos autos, porém, destaco que a numeração do feito é sequencial e inicia-se às **fls. 02**, com o Requerimento elaborado pelo Assessor Técnico, Sr. Tadeu dos Santos Cordeiro e finda-se às **fls. 92/131** com a Minuta de Edital e despacho do Pregoeiro Municipal encaminhando o processo a esta Procuradoria Geral para análise e manifestação.

Contudo, destaca-se que o feito foi instruído com as seguintes documentações:

- Portaria/SEMSEG/Nº 041/2023 – que designa servidor para elaboração do ETP – **fls. 04**;
- Estudo Técnico Preliminar devidamente aprovado pelo Secretário de Segurança Pública, Sr. José Tadeu da Silva – **fls. 03 e 05/41**;
- Termo de Referência – **fls. 42/57**;
- Cadastro de solicitações de materiais e serviços – **fls. 58/59**;
- Encaminhamento do Secretário Municipal de Administração, Sr. Antônio Carlos Santiago a Divisão de Compras para Cotação – **fls. 60**;
- Documento Personalizado de Pesquisa de Preços e Mercado e cotações – **fls. 61/83**;
- Quadro Comparativo de Preços Simples, Planilha de Preço Médio da Proposta de Preços Simples e Planilha de Valores Médios para Reserva Orçamentária no valor de R\$ 644.327,66 (seiscentos e quarenta e quatro mil, trezentos e vinte e sete reais e sessenta e seis centavos) – **fls. 82/87**;
- Encaminhamento da Chefe de Divisão de Compras, Sra. Izadora Cordeiro dos Santos, ao Secretário Municipal de Administração, Sr. Antônio Carlos Santiago – **fls. 88**;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA GERAL

- Encaminhamento do Secretário Municipal de Administração, Sr. Antônio Carlos Santiago, à Contabilidade – **fls. 89**;
- Dotação Orçamentária – **fls. 90**;
- Autorização do Secretário da pasta para abertura de procedimento licitatório – **fls. 88-verso**;
- Decreto nº 22, de 27 de Abril de 2023, que designa a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio – **fls. 91. 90.**

É o Relatório. Passo à análise.

Observada a natureza e o valor da despesa verifica-se que a contratação demanda a realização de processo licitatório e a modalidade sugerida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio foi o **Pregão** na forma **Eletrônica** com tipo **Menor Preço por Item**.

O Pregão é uma das modalidades de licitação utilizadas no Brasil para aquisição de bens ou serviços comuns, instituído pela Lei 10.520/2002, *in verbis*:

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Art. 2º (VETADO)

§ 1º Poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos de regulamentação específica. (Nosso Grifo)

No âmbito municipal, o Decreto nº 94/2020 regulamenta a obrigatoriedade da utilização do Pregão Eletrônico na administração direta e indireta do Poder Executivo:

Art. 1º Este Decreto regulamenta e estabelece normas e procedimentos para licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, no âmbito da administração pública municipal.

§ 1º A utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos e entidades da administração pública municipal direta e indireta é obrigatória.

Denota-se do art. 3º do Decreto nº 094/2020 a definição de serviços comuns:

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto considera-se:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA GERAL

(...)

II – bens e serviços comuns – bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

III – bens e serviços especiais – bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inciso II;

(...)

§ 1º A classificação de bens e serviços como comuns depende de exame predominantemente fático e de natureza técnica.

§ 2º Os bens e serviços que envolverem o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, caso possam ser definidos nos termos do disposto no inciso II do caput, serão licitados por pregão, na forma eletrônica.

A despeito disso, salientamos que o Decreto Municipal nº 115/2014 regulamentou a utilização do Pregão Eletrônico/Presencial no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal.

Denota-se, do art. 1º da Lei 10.520/02 que bens e serviços comuns são aqueles que geralmente são oferecidos por diversos fornecedores e facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço. Portanto, é ato discricionário do Administrador definir o que seja bem e serviço comum, sobre este tema já se manifestou o Tribunal de Contas da União:

A Lei nº 10520, de 2002, condiciona o uso da modalidade Pregão somente aos serviços comuns, **não excluindo previamente quaisquer espécies de serviços e contratações, e o rol de bens e serviços (anexo II revogado – Dec. 1.174/2010) previstos no decreto regulamentador é meramente exemplificativo. Assim, a existência de bens e serviços comuns deverá ser avaliada pelo administrador no caso concreto**, mediante a existência de circunstâncias objetivas constantes na fase interna do Procedimento licitatório. (BRASIL. Tribunal de Contas da União. Processo nº TC-013.896/2004-5. Acórdão nº 817/2005 – 1ª Câmara. Relator: Ministro Valmir Campelo. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 09 de maio 2005, seção 1, p. 180-181) (Nosso Grifo)

Neste sentido, verifica-se dos autos que a avaliação quanto ao tipo de serviço/bens que serão licitados, bem como a definição da modalidade e do tipo de licitação, já foram analisadas e definidas pela Equipe de Apoio e Pregoeiro, que é a subscritor do edital, assim sendo, a análise discricionária da questão já fora suprida, não competindo a esta Procuradoria Geral opinar quanto a este aspecto.

Cabe ser ressaltado que a modalidade Pregão possibilita ainda mais o incremento da competitividade e ampliação das oportunidades de participação nas licitações, por parte dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPIRITO SANTO
PROCURADORIA GERAL

licitantes Pessoas Jurídicas ou Físicas interessadas em vender bens e/ou serviços comuns em conformidade com os editais e contratos.

Por outro lado, o Sistema de Registro de Preços é um procedimento com base em planejamento de um ou mais órgãos ou entidades públicas para futura contratação de bens e serviços, por meio de licitação na modalidade de Concorrência ou Pregão, em que as empresas vencedoras assumem o compromisso de fornecer bens e serviços a preços e prazos registrados em uma ata específica. **Portanto, perfeitamente aplicável ao caso em tela.**

Ressaltamos que o Registro de Preços tem previsão na Lei 8.666/93, em seu art. 15, vejamos:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;

II - **ser processadas através de sistema de registro de preços;**

III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;

V - balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública. (grifo nosso)

O § 3º, do Art. 15, da Lei 8.666/93 prevê a regulamentação do Sistema de Registro de Preços, a qual ocorreu em âmbito municipal por meio da Lei Municipal nº 788, de 22 de outubro de 2008 e do Decreto nº 007, de 1º de fevereiro de 2011, que dispõe:

Art. 1º **As contratações de serviços e a aquisição de bens quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços,** no âmbito da Administração Municipal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pelo Município, **obedecerão ao disposto neste Decreto.**

(...)

Art. 2º Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:

I - **quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;**

II - **quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas** ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e

IV - quando, pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. (grifo nosso)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA GERAL

Isto posto, dada as informações constantes dos autos e a avaliação do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, não vislumbramos óbices legais quanto à modalidade de licitação escolhida e a utilização do Sistema de Registro de Preços como forma de contratação.

A Secretaria solicitante, a fim de facilitar na elaboração do edital pela Equipe de Apoio e Pregoeiro, apresentou o Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência (Anexo I), cumprindo o art. 8º e 14 do Decreto nº 094/2020, onde definiu o objeto da licitação de forma clara, tendo apresentado sua descrição de forma detalhada, além de especificação do objeto.

Também apresentou justificativa para a contratação, obrigações das partes, e outras cláusulas importantes, tais como, prazos e condições de pagamento, conforme prevê art. 3º, inciso I, II e III da Lei 10.520/2002. Além disso, consta realização de pesquisa de preços a fim de cumprir o que determina o art. 43, IV, da Lei 8.666/93, bem como as disposições do Decreto nº 094/2020.

Verifica-se que o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio receberam a ordem de abertura do procedimento licitatório, conforme se verifica às **fls. 88-verso**, atuando devidamente os documentos que lhes foram apresentados, portanto, denota-se que a autuação se deu conforme estabelecido no art. 38, da Lei 8.666/93.

Registramos que a partir da **análise da Minuta de Edital** é possível detectar que esta **cumpre, de modo geral, os requisitos estabelecidos pelo Art. 40, da Lei 8.666/93, bem como demais artigos da referida lei e da Lei 10.520/2002 e do Decreto nº 094/2020.**

Destacamos ainda que, não nos compete analisar pontualmente as descrições e possíveis direcionamentos para marcas ou objetos, uma vez que não nos cabe conferir a descrição item a item.

Verifica-se, ainda, que **por se tratar do procedimento de Registro de Preço não há a necessidade de indicação de Dotação Orçamentária**, contudo esta informação já se encontra às **fls. 90**.

Assim, a despesa mencionada só será concluída mediante Ordem de Compra emitida pela Secretaria Solicitante, cabendo à Contabilidade e à Secretaria da Fazenda se manifestar neste momento. **Deste modo, sugerimos que, a cada formalização de novo contrato ou emissão de ordem de fornecimento/serviço com base na Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o Município e os Compromissários Fornecedores, sejam convocados: o responsável pela Contabilidade e o responsável pela Secretaria Municipal de Fazenda, a fim de que possam certificar a existência de dotação orçamentária e de recursos financeiros disponíveis.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA GERAL

Ainda, por se tratar de Registro de Preços será assinada a Ata de Registro de Preços, onde estão estabelecidas todas as cláusulas necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas perante o Município de Presidente Kennedy/ES.

Deste Compromisso de Fornecimento surge o direito do Município no período máximo de 12 (doze) meses (art. 4º, do Decreto Municipal nº 07/2011), contratar o objeto desta licitação, sendo que, o Compromissário Fornecedor deverá comparecer sempre que solicitado pela Administração a fim de firmar contratações com base no referido compromisso.

É importante ressaltar que a existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, como pressupõe o art. 15, § 4º, da Lei 8.666/93 e art. 7º do Decreto Municipal nº 07/2011.

As cláusulas das Minutas do Contrato e da Ata de Registro de Preços, Anexo IV e V, estão elaboradas de acordo com as normas contidas na Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Lei Municipal nº 788/08, Decreto Municipal nº 007/11 e Decreto Municipal nº 115/2014.

Portanto, conforme se pode observar, a Minuta de Edital atendeu as regras previstas nas leis que disciplinam o assunto. Registramos, ainda, que o rol de documentos exigidos no **Item 12.5** da Minuta do Edital foram estabelecidos pela Secretaria Solicitante e estão de acordo com os Arts. 27 a 31 da Lei 8.666/93.

Salientamos que a publicação do instrumento convocatório deve atender ao prazo legal de no mínimo de 08 (oito) dias úteis antes da abertura das propostas, pois assim determina o art. 4º, V, da Lei nº 10.520/02. Devendo o Aviso de Edital ser publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura, em Jornal diário de circulação no estado e ainda na Imprensa Oficial do Município, no Diário Oficial do Estado se houver recursos estaduais e no Diário Oficial da União se houver recursos federais, e, para melhor garantir a ampla e irrestrita competitividade que seja publicado nos meios eletrônicos disponíveis, tais como, o site oficial do Município de Presidente Kennedy/ES. Além disso, **as cópias dos extratos de publicação efetuados em todos os meios deverão ser juntadas aos autos deste processo licitatório.**

As audiências de habilitação e abertura de propostas, e as audiências que se seguirem devem ser abertas a todos os interessados, lavrando-se a competente Ata de tudo o que vier a acontecer no recinto.

A adjudicação deverá ser feita pelo Pregoeiro, art. 4º, XX, da Lei nº 10.520/02, caso não haja recurso, havendo recurso a adjudicação caberá a autoridade competente, art. 4º, XXI. Já a homologação sempre caberá a autoridade competente, art. 4º, XXII, ambos da lei supra.

Terminados os trabalhos e efetuado o registro dos fatos, recomendamos, finalmente, a juntada ao processo de cópias autenticadas ou conferidas das Notas de Empenhos, das Notas Fiscais emitidas pela Contratada, com a quitação e do comprovante de depósito utilizado no pagamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPIRITO SANTO
PROCURADORIA GERAL

Ressaltamos ainda que a Administração Pública tem o poder-dever de planejar, gerenciar, acompanhar e fiscalizar atentamente a atuação do particular contratado, onde permitirá à mesma detectar, de antemão, práticas em desconformidade com as determinações já impostas. Para tanto, **o Ordenador da Despesa deverá indicar um responsável técnico (Gestor de Contrato) para acompanhar a execução dos contratos conforme determina o art. 67 da Lei nº 8.666/1993** e conforme já se posicionou o Tribunal de Contas da União (Acórdão 595/2001, Segunda Câmara).

Registramos que **compete ao Fiscal e ao Gestor do Contrato zelar pelo seu fiel cumprimento, atestando com veracidade todos os incidentes ocorridos quanto à entrega dos materiais a serem adquiridos, bem como quanto ao desatendimento às especificações contidas no Termo de Referência e, ainda, no que se refere ao preenchimento de todos os requisitos prescritos na Instrução Normativa SFI nº 001/2013 versão 3 - aprovada pelo Decreto nº 064/2019.**

Advertimos, por fim, para que Equipe de Apoio e Pregoeiro, em todos os seus atos, estejam sempre atentas, aos princípios contidos no caput, do Art. 37, da Constituição Federal e ainda no art. 3º, da Lei nº 8.666/93.

Por derradeiro, importante destacar que a **Lei Complementar nº 123/06**, alterada pela **Lei Complementar nº 147/2014**, ampliou os benefícios em favor das microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) nos procedimentos licitatórios, conforme destacamos:

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, **deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte** objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.(grifo nosso).

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I-deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II-poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. (...).

Neste sentido, a Minuta de Edital contempla a determinação legal ao fazer apontamentos sobre o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPIRITO SANTO
PROCURADORIA GERAL

de pequeno porte, que também garantem a previsão legal entabulada na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

De todo analisando todas as cláusulas do edital e seus anexos, não verificamos, neste momento, s.j.d., nenhuma cláusula e/ou condição que possa ocasionar contratação contrária ao interesse público.

Por fim, salientamos que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz do art. 133, da Constituição Federal de 1988, e Legislação Municipal pertinente, incumbe, a este órgão de execução da Advocacia Municipal, prestar o assessoramento sob o prisma opinativo estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência, oportunidade e quantitativo dos valores discriminados e dos atos praticados no âmbito da Administração do Município, nem analisar aspectos de natureza técnico-administrativa.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, **não vislumbramos, do ponto de vista jurídico, irregularidades que impeçam o prosseguimento do feito**, de modo que devem ser respeitados os princípios constitucionais da Administração Pública e os ditames das normas que regulamentam a matéria.

Deste modo, remetemos o presente feito à **SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA** para aprovação da Minuta do Edital e cadastro no sistema CidadES. Após, remeta-se os autos ao **PREGOEIRO e EQUIPE DE APOIO** para devidas providências.

Salvo melhor juízo, é o que nos parece.

Presidente Kennedy, 21 de dezembro de 2023.


RODRIGO LISBÔA CORRÊA
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO